

Despesa ainda é desconhecida

O Departamento Financeiro do Congresso Nacional ainda não computou o gasto total do período de convocação extraordinária dos deputados e senadores encerrado ontem. Mas o prejuízo é evidente. Os dois principais objetivos que determinaram a interrupção do recesso parlamentar pelo presidente Fernando Collor no início de janeiro — a aprovação das mudanças no Imposto Territorial Rural e a votação da política salarial — não foram atingidos. Apesar do fracasso da convocação, cada um dos parlamentares que compareceram a três das cinco votações com quorum em todo o período terá direito a receber Cr\$ 1,6 milhão.

“O Congresso exerceu sua função”, avaliou o líder do governo no Senado, José Ignácio Ferreira (PST-ES), responsável, junto com os demais líderes governistas, pela obstrução da votação da Medida Provisória 292 depois do rompimento das negociações sobre a política salarial. “É lamentável”, disse o senador.

Divisão

O segundo objetivo do governo ao convocar o Congresso extraordinariamente também se frustrou com a divisão de seus aliados. Os parlamentares acabaram rejeitando a medida provisória que ampliava a arrecadação do Imposto Territorial Rural. Com a rejeição, o governo terá que esperar até 1992 para mudar o imposto.

Por determinação do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), apenas as votações com quorum mínimo de 248 deputados e 38 senadores vão valer para a contagem de presenças durante a convocação extraordinária. Isso só aconteceu nos dias 10 e 23 de janeiro. O quorum máximo registrado foi de 425 dos 495 deputados e 61 dos 75 senadores. O Departamento Financeiro também levará em conta mais de 30 atestados médicos apresentados e uma dezena de pedidos de justificativa de ausência.